

JUSTIÇA QUE COMBATA O CRIME

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – CRIME COM MARCA DE GÉNERO

DADOS RELEVANTES:

No ano de 2010 foram contabilizados 43 assassinatos de mulheres em contexto doméstico e 38 atentados à vida, o número mais elevado em percentagem da população em toda a Europa. Mas, como se passa dentro de portas, não parece confrontar o quotidiano dos que não a experimentam e destrói a ideia que temos de nós de próprios enquanto sociedade.

Os números são apenas o dado limite de um problema social mais complexo. Os espancamentos, as limitações violentas à liberdade individual, as humilhações que destroem a auto-estima de tantos seres humanos são banais. Ao tornar a violência doméstica num crime público (o primeiro projecto de lei da história do Bloco de Esquerda, há 12 anos, e que foi aprovado) deixámos claro que, como comunidade, não aceitamos ficar em silêncio.

Se, por si só, uma alteração legislativa não resolve uma situação ímpar em toda a Europa, permitiu outra atenção e um conhecimento mais profundo de uma realidade escondida. Segundo os dados do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2010, a violência doméstica é o 2.º crime mais participado às forças de segurança na categoria de crimes contra as pessoas, sendo que o 1.º são as ofensas à integridade física simples (muito menos grave). Já no anterior relatório se verificava esta situação.

Nos últimos anos têm subido os crimes de violência doméstica no geral e na categoria “contra cônjuge ou análogo” – 8%.

Um outro dado importante é o aumento do crime de violação (+ 13,1%), o que reforça a dimensão da violência de género. O abuso sexual de crianças também aumentou 12,9%.

	TOTAL HOMICÍDIOS	MULHERES ASSASSINADAS	NÚMERO TENTATIVAS
2007	133	22	59
2008	145	46	36
2009	144	29	28
2010	142	43	39

F: RELATÓRIOS CANAIS SEGURANÇA INTERNA E DADOS DO OBSERVATÓRIO DE MULHERES ASSASSINADAS (UMAR)

Os distritos com mais participações são Lisboa, Porto, Setúbal e Aveiro. Os distritos onde existem mais serviços de apoio, o que acaba por incentivar à participação, reforçando a convicção de que, muito provavelmente, em relação a outros distritos continua a existir um número significativo de “cifras negras”.

A esmagadora maioria das vítimas são mulheres (82%). Muitas das mulheres assassinadas já estavam sinalizadas como vítimas. Estes números não têm correspondência nem em prisões preventivas, nem em prisões efectivas e nem sequer em medidas de coação através da vigilância electrónica.

Num crime tantas vezes invisível, a condenação social é outra urgência. O Governo não

assumiu a sua responsabilidade de condenação pública deste crime, nomeadamente o Ministro da Administração Interna que não toma posições públicas, mesmo quando morrem 4 mulheres numa semana.

O Governo tem dinamizado mini-campanhas por ocasião do dia contra a violência doméstica, 25 de Novembro, mas têm sido tímidas. O Bloco defende a necessidade de uma atenção especial em contexto escolar às situações de violência.

Mas existe outra situação que tem conduzido à impunidade destes crimes: a falta de formação de magistrados e procuradores para a compreensão da complexidade deste crime e para o perfil do agressor.

AS PROPOSTAS DO BLOCO

- Criação de Juízos Especializados em Violência Doméstica que tratem o crime, mas também as situações conexas, de forma célere e integrada. É o avanço necessário, após a introdução da vigilância electrónica.
- As pulseiras electrónicas são a decisão do século XXI nesta área e o Bloco defendeu o seu uso para proteger as vítimas, mas infelizmente os juízes não as aplicam. É preciso inverter esta situação, criando juízos especiais habilitados para o julgamento destes casos.